

# **Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau Relatório da Consulta**

**Fevereiro de 2017**



**環境保護局**  
Direção dos Serviços  
de Protecção Ambiental



# Índice

<b>1. Prefácio .....</b>	<b>4</b>
<b>2. Calendário para os trabalhos da consulta .....</b>	<b>6</b>
<b>3. Teor da consulta pública .....</b>	<b>9</b>
<b>4. Ordenação e estatística das opiniões de consulta.....</b>	<b>10</b>
<b>5. Sumário dos temas-chave e respectivas respostas... 13</b>	
5.1 Opiniões relativas ao plano de cobrança de taxas para o ARMC.....	13
5.2 Opiniões relativas ao plano de redução de resíduos de construção... 15	
5.3 Opiniões relativas à calendarização de implementação e construção das instalações de apoio.....	16
5.4 Opiniões relativas às medidas complementares contra o abandono ilegal de resíduos de construção.....	17
5.5 Opiniões relativas às principais responsabilidades de cada parte interessada.....	18
5.6 Opiniões relativas às disposições transitórias.....	19
<b>6. Programação dos trabalhos posteriores.....</b>	<b>20</b>
<b>7. Conclusões.....</b>	<b>21</b>
<b>Anexo I Opiniões escritas (incluindo cartas e email).....</b>	<b>22</b>
<b>Anexo II Opiniões recolhidas in loco (nas sessões de apresentação e de consulta).....</b>	<b>32</b>

## 1. Prefácio

À medida que têm vindo a aumentar os projectos de obras, na sequência do acelerado desenvolvimento da economia de Macau nos últimos anos, verifica-se uma subida óbvia na quantidade dos resíduos de materiais de construção, levando a uma pesada pressão sobre o actual Aterro para Resíduos de Materiais de Construção (ARMC), sendo também objecto de preocupação da sociedade a questão da deposição destes resíduos de construção. Tendo em conta a escassez de terrenos em Macau, e de acordo com a meta mencionada no texto final do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), publicado em 2012 pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), no que diz respeito a evitar e a reduzir, a partir da fonte, a produção de resíduos de materiais de construção, através de planos de melhoria, design e gestão de construção, a DSPA incumbiu uma instituição de consultadoria profissional de realizar um “Estudo sobre o regime da gestão de resíduos de materiais de construção de Macau”, com o objectivo de elaborar planos de redução de resíduos de construção adequados à realidade de Macau e de estudar o plano de cobrança das taxas de resíduos de materiais de construção de Macau. Depois de analisar as sugestões citadas no relatório de estudo feito por aquela instituição de consultadoria, e considerando a realidade de Macau e as opiniões recolhidas nos diversos serviços públicos e organizações, a DSPA elaborou o documento de consulta sobre o “Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau”, tendo nele sido propostos o plano de redução de resíduos de construção, o plano de cobrança das taxas para o ARMC e outras medidas complementares.

Considerando que a gestão de resíduos de construção envolve vários sectores da sociedade, e para garantir a operacionalidade e a eficácia de implementação após a futura entrada em vigor do referido regime de gestão, foi estabelecido o plano de consulta com base nas «Normas para a Consulta de Políticas Públicas», publicadas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 224/2011, tendo a respectiva consulta pública decorrido entre 9 de Novembro e 23 de Dezembro de 2015, com duração de 45 dias, recolhendo as opiniões e sugestões de diversos sectores sociais. Durante a consulta, além de receber as opiniões da população por diferentes meios, foram também realizadas 8 sessões de apresentação e sessões de consulta para ouvir as opiniões sobre o documento de consulta, destinadas a vários sectores, tais como, o Conselho Consultivo do Ambiente, os Média, diversos sectores, associações profissionais, serviços públicos competentes, conselhos consultivos de serviços comunitários, associações sociais e público, entre outros.

As questões, opiniões e sugestões recebidas nesta consulta foram organizadas, classificadas e resumidas pela DSPA para serem integradas no presente relatório de consulta, de modo a que as pessoas consultadas e o público tenham conhecimento das ideias expressadas pelos diferentes participantes nesta consulta. Além disso, para os temas importantes de cada categoria, a DSPA deu também respostas e esclarecimentos, indicando ainda a programação dos trabalhos posteriores.

## 2. Calendarização dos trabalhos da consulta

Os trabalhos da consulta sobre o «Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau» abrangem uma sessão de apresentação no dia 5 de Novembro de 2015 para o Conselho Consultivo do Ambiente e uma sessão no dia 25 de Novembro de 2015 para os conselhos consultivos de serviços comunitários, ambas realizadas pela DSPA, com o objectivo de ouvir os membros dos respectivos conselhos; e, incluem também os diversos trabalhos referentes à consulta pública durante o período entre 9 de Novembro de 2015 e 23 de Dezembro de 2015, tais como, 1 conferência de imprensa para os Média, 5 sessões de consulta para os sectores, associações profissionais, serviços públicos, associações sociais e público, entre outros, a fim de recolher opiniões num sentido mais amplo por diferentes meios. Em paralelo com a realização da supracitada consulta pública, encontravam-se também disponíveis o texto de consulta no website da DSPA e o email exclusivo para o envio de sugestões, assim como, através de publicidade na televisão e no rádio e das notas de imprensa, foram divulgadas as informações da consulta aos cidadãos e aos sectores, para facilitar a expressão das suas opiniões e sugestões.

Sessão de apresentação para o  
Conselho Consultivo do Ambiente  
Data: 5 de Novembro de 2015  
Local: DSPA  
Forma de consulta: sessão de apresentação  
Destinatários: Conselho Consultivo do Ambiente



Conferência de imprensa  
Data: 9 de Novembro de 2015  
Local: DSPA  
Forma de consulta: conferência de imprensa  
Destinatários: os Média



Sessão de consulta para os sectores

Data: 12 de Novembro de 2015

Local: DSPA

Forma de consulta: sessão de consulta

Destinatários: sectores de construção e associações profissionais



Sessão de consulta pública

Data: 14 de Novembro de 2015

Local: Auditório do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia

Forma de consulta: sessão de consulta

Destinatário: público



Sessão de consulta para os serviços públicos

Data: 24 de Novembro de 2015

Local: DSPA

Forma de consulta: sessão de consulta

Destinatários: serviços públicos



Sessão de apresentação para os conselhos consultivos de serviços comunitários

Data: 25 de Novembro de 2015

Local: DSPA

Forma de consulta: sessão de apresentação

Destinatários: conselhos consultivos de serviços comunitários



Sessão de consulta pública

Data: 29 de Novembro de 2015

Local: Jardim Cidade das Flores na Taipa

Forma de consulta: sessão de consulta

Destinatários: público



Sessão de consulta para as associações sociais

Data: 14 de Dezembro de 2015

Local: DSPA

Forma de consulta: sessão de consulta

Destinatários: associações sociais





### 3. Teor da consulta pública

O texto desta consulta sobre o «Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau» tem o seguinte conteúdo específico: plano de redução de resíduos de materiais de construção, plano de cobrança de taxas para o ARMC, medidas complementares, entre outras propostas.

No tocante ao plano de redução de resíduos de construção propôs-se que, para as obras de grande envergadura, cuja quantidade de resíduos ultrapasse a margem de tolerância, e antes da execução do referido projecto de obra, o promotor da obra (tanto da obra pública como da obra privada) deva elaborar um plano de redução de resíduos e disponibilizar pessoal para o acompanhamento. Na proposta sugere-se uma margem de tolerância de 60.000 toneladas de resíduos a abandonar para as obras públicas e uma margem de 300.000 toneladas para as obras privadas. Antes da implementação oficial do respectivo regime, a DSPA irá elaborar um exemplar do plano de redução de resíduos, que servirá de referência para os devidos sectores, e irá colaborar com os serviços competentes ou outras instituições de formação para ministrar cursos de formação básica. No que diz respeito ao plano de cobrança de taxas para o ARMC propôs-se que, o tratamento de todos os resíduos de materiais de construção transportados para o ARMC (provenientes dos locais de obras, residências, lojas, escritórios, etc.), actualmente gratuito, passe a ser objecto de cobrança de taxas, com excepção dos resíduos de construção separados à partida, que podem estar sujeitos a uma taxa relativamente baixa. Por esse motivo serão definidos dois níveis de taxa dos resíduos de construção em conformidade com a sua quantidade e qualidade, a saber: (1) materiais inertes de construção e demolição (C&D) misturados com outros resíduos e, materiais não inertes de C&D como, por exemplo, lamas, lodos, asfalto, etc., sujeitos a uma taxa não inferior a 130 patacas por tonelada; (2) materiais inertes de C&D devidamente separados, tais como, saibros, blocos de pedras e peças de betão, entre outros, sujeitos a uma taxa não inferior a 30 patacas por tonelada. Para além disso, no documento de consulta foi proposto ainda o aumento da multa por despejo negligente de resíduos de construção, cujo montante deverá variar entre 50 mil e 200 mil patacas; propondo também um período de transição com duração de 6 meses após a entrada em vigor do Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau, a fim de permitir que os promotores de obras e produtores de resíduos de construção conheçam melhor o respectivo regime e o seu procedimento.

## 4. Ordenação e estatística das opiniões de consulta

O Durante a consulta a DSPA recebeu 12 opiniões escritas, entre elas, 2 dos serviços públicos, 3 dos cidadãos, 4 dos sectores e associações sociais, e as 3 restantes das instalações para recolha e tratamento de resíduos. Entretanto, a DSPA ouviu também os participantes presentes nas sessões de apresentação, conferência de imprensa e sessões de consulta, sintetizando as suas opiniões. Os pormenores destas opiniões da consulta encontram-se nos anexos I e II.

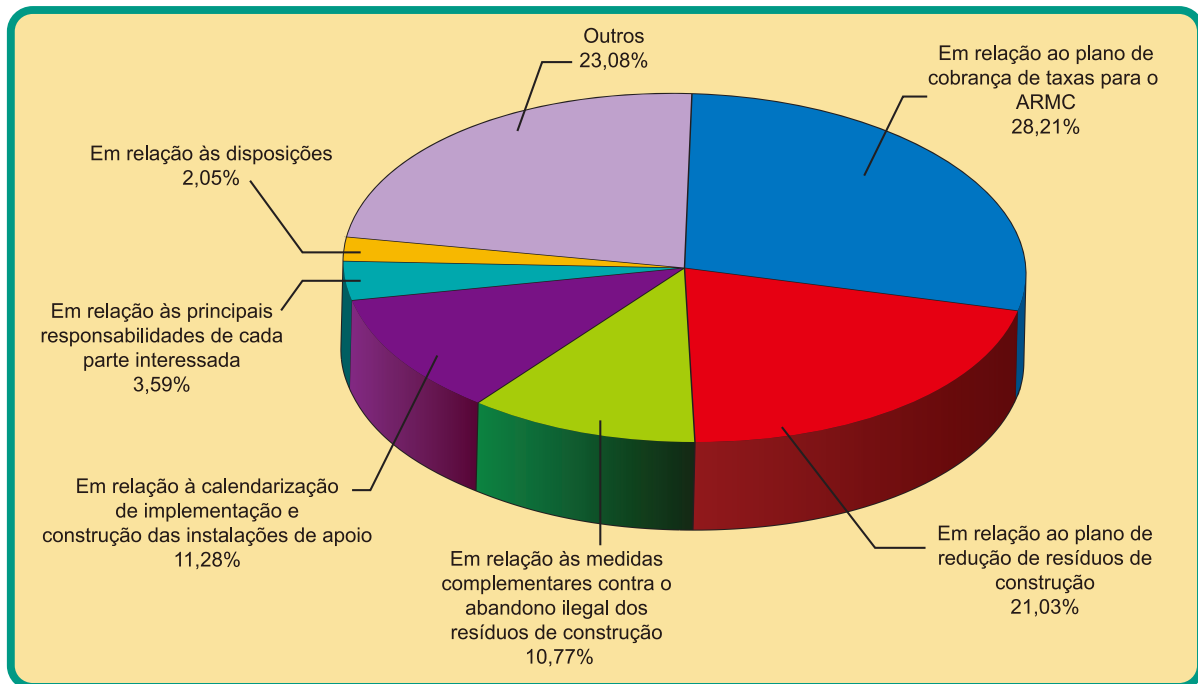
As referidas opiniões da consulta foram classificadas em categorias e processadas de forma estatística, constando num total de 195 opiniões, sugestões e perguntas, distribuídas em 7 categoria. Os detalhes referentes à classificação e estatística das opiniões da consulta estão apresentados na tabela 1 e na figura 1.

Tabela 1 Classificação e estatística das opiniões da consulta

Classificação das opiniões	Conteúdo principal	Quantidade	Proporção
Em relação ao plano de cobrança de taxas para o ARMC	Concordância com o regime de taxação	55	28,21%
	Definição de montante das taxas		
	Operacionalidade específica e viabilidade aquando da implementação		
Em relação ao plano de redução de resíduos de construção	Concordância com o plano de redução de resíduos de construção	41	21,03%
	Definição da margem de tolerância ao abandono		
	Operacionalidade específica e viabilidade aquando da implementação		
	Qualificação do supervisor ambiental		

Em relação à calendarização de implementação e construção das instalações de apoio	Calendarização da implementação do Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção	22	11,28%
	Construção das instalações de triagem / terminal de transição		
	Reaproveitamento dos resíduos inertes		
	Outros métodos e sugestões para a redução de resíduos a partir da fonte		
Em relação às medidas complementares contra o abandono ilegal dos resíduos de construção	Criação do documento de autorização para despejo de resíduos de construção	21	10,77%
	Estabelecimento do mecanismo de denúncia do abandono ilegal de resíduos		
	Aumento da multa por abandono ilegal dos resíduos de construção		
Em relação às principais responsabilidades de cada parte interessada	Principais responsabilidades de cada parte interessada incluindo do Governo, sectores e cidadãos	7	3,59%
Em relação às disposições	Período de transição demasiado longo / insuficiente	4	2,05%
Outros	Prazo de consulta demasiado curto	45	23,08%
	Reforço da sensibilização e educação e de outras medidas		
	Deposição dos resíduos de construção e de outros resíduos		
	Relação com as legislações vigentes		
	Estudo do historial e estimativas		
	Outras questões levantadas no âmbito da protecção ambiental		
Total		195	100%

Figura 1 Classificação e estatística das opiniões da consulta



O resultado obtido nesta consulta demonstrou que, em termos geral, a sociedade está inclinada a apoiar as propostas citadas no teor da consulta, e manifesta a sua concordância com as exigências levantadas no plano de redução de resíduos de construção e no plano de cobrança de taxas para o ARMC, sendo ambos os planos referidos no teor da consulta, afirmando-se também a necessidade de estabelecer legislação para regular o abandono de resíduos de construção. Através desta classificação e estatística das opiniões da consulta percebe-se que o maior foco de preocupação dos inquiridos nesta consulta é o plano de cobrança de taxas para o ARMC, ocupando 28,21% do total das opiniões, seguido pelo plano de redução de resíduos de construção, na ordem dos 21,03%. A classe sobre a calendarização da implementação e construção das instalações de apoio, e a classe sobre as medidas complementares contra o abandono ilegal dos resíduos de construção receberam, também, a atenção dos inquiridos, com 11,28% e 10,77%, respectivamente.

## 5. Sumário dos temas-chave e respectivas respostas

### 5.1 Opiniões relativas ao plano de cobrança de taxas para o ARMC

#### Sumário das opiniões:

Os sectores relacionados consideram que a dimensão dos locais de construção em Macau é reduzida, não disponibilizando espaço para realizar a separação, por isso preocupam-se com a situação de não haver espaço para deposição dos resíduos de construção, logo após ser implementado o regime da gestão de resíduos de materiais de construção. Propôs ainda a disponibilização de esclarecimentos, mediante exemplos, sobre a quantidade dos resíduos de construção a produzir na remodelação de residências, no sentido de facilitar a compreensão dos cidadãos do valor de pagamento.

#### Respostas:

- ▶ A implementação do regime da gestão de resíduos de materiais de construção não conduzirá à situação de não haver espaço para colocar os resíduos de construção gerados pelo sector da construção ou pelos cidadãos. Quando, por quaisquer motivos, não se acharem condições para a separação dos resíduos de construção a partir da fonte, o ARMC continuará a receber esses resíduos. Foi já planeada, pela DSPA, a construção das instalações de triagem no ARMC para tratar os resíduos de construção não previamente separados, mas esses estarão evidentemente sujeitos a uma taxa mais elevada quando comparados com os materiais transportados para o ARMC que tenham sido devidamente separados de acordo com as instruções.
- ▶ É difícil fazer uma generalização sobre a quantidade dos resíduos de construção a produzir pelo projecto de remodelação, pelo que se deve ter em conta, principalmente, a dimensão do projecto de remodelação e a sua área de intervenção. Por exemplo, para uma fracção autónoma com área bruta de utilização de cerca de 800 pés quadrados, cujo pavimento seja totalmente revestido com mosaicos e cujas paredes sejam pintadas com tintas plásticas, caso o projecto consista em substituir todos mosaicos do chão e revestir as paredes da casa de banho e da cozinha com azulejos, estima-se, de modo muito impreciso, que sejam produzidas cerca de 3 a 5 toneladas de resíduos

de construção. Todavia, caso o projecto envolva qualquer alteração de divisões, só envolvendo remoção de uma parede do quarto com comprimento de cerca de 8 metros (com altura de aproximadamente de 3 metros), os resíduos de construção já poderiam atingir cerca de 3 toneladas, implicando um aumento significativo da quantidade de resíduos de construção. Então, nas condições de taxação dos materiais inertes de C&D num valor não inferior a 30 patacas por tonelada, as despesas estimativas com os resíduos de construção desse projecto de remodelação podem variar entre 90 a 150 patacas. Contudo, em caso de taxação dos materiais não inertes de C&D num valor não inferior a 130 patacas por tonelada, as despesas estimadas com os resíduos de construção desse projecto de remodelação podem variar entre 390 a 650 patacas.

### **Sumário das opiniões:**

A parte respeitante ao sector relacionado perguntou se é possível a adopção do cartão IC para debitar directamente as taxas por contacto no leitor da entrada do ARMC, em vez de preencher os talões (em 3 vias) para o transporte e tratamento de resíduos, a fim de economizar os recursos humanos e materiais?

### **Resposta:**

- ▶ A utilização dos talões em três vias para o transporte e tratamento de resíduos tem como objectivo identificar o local de construção de onde são provenientes os resíduos de construção. Além disso, com esses talões em três vias, cada parte interessada (tanto o empreiteiro como o Governo) pode saber o local para onde são transportados os resíduos de construção e a sua quantidade. O sistema electrónico do cartão IC envolve exigências rígidas de segurança e precisão de uma plataforma informática/registo. Por outro lado, quando as partes interessadas tenham dúvida sobre os dados de quantidade dos resíduos de construção informados pelo computador, devido à falta dos talões como o registo físico, é impossível efectuar a investigação e a verificação. Por isso, este sistema poderá constituir um grande risco. Portanto, quanto à sugestão referente ao cartão de IC, após análise, considera-se que será mais difícil a sua adopção na fase inicial. Além disso, a DSPA também vai ponderar a introdução do sistema electrónico do cartão IC como forma de pagamento electrónico instantâneo, quando entenda oportuno e haja condições.

## 5.2 Opiniões relativas ao plano de redução de resíduos de construção

### Sumário das opiniões:

No texto da consulta foi proposta a necessidade de apresentar o plano de redução de resíduos de construção e de contratar um supervisor ambiental a tempo inteiro quando a quantidade de resíduos da obra ultrapassar a margem de tolerância fixada. Os respectivos sectores manifestam a sua preocupação para o facto de que, devido à necessidade acima referida será adiada a aprovação do projecto e não conseguirão encontrar pessoal qualificado para desempenhar as funções de supervisor ambiental.

### Respostas:

- ▶ A margem de tolerância para abandono tem a função de definir se, para um projecto de execução, há a necessidade de submeter, antes da sua execução, o plano de redução de resíduos à aprovação da DSPA. Todavia, independentemente da quantidade dos resíduos de construção gerados, será ainda necessário o pagamento das taxas para a entrada no ARMC em conformidade com a quantidade e a qualidade desses resíduos. O valor actual da margem de tolerância é estabelecido com base nas experiências de Hong Kong, nas quais a tolerância para as obras públicas é menor do que para as obras privadas, a fim de salientar o apoio do Governo da RAEM e o seu papel como líder modelo.
- ▶ A DSPA terá como princípio não comprometer o tempo definido para os serviços de obras públicas autorizarem os projectos. Por isso, antes da implementação oficial, será elaborado um exemplar do plano de redução de resíduos de construção, que servirá de referência para os respectivos sectores, mantendo também a comunicação com os sectores relacionados e com outros serviços públicos.
- ▶ O supervisor ambiental referido no texto da consulta, responsabilizar-se-á, principalmente, por acompanhar a gestão dos resíduos de construção no local da obra, confirmar se os respectivos trabalhos são executados de acordo com as exigências constantes do plano de redução de resíduos de construção, controlar a separação dos resíduos de construção executada no local de obra, supervisionar o processo de transporte e fazer a

estatística sobre os resíduos de construção do local de obra. Realmente este cargo não envolve demasiada técnica profissional, por isso, poderá ser ocupado por pessoal ligado à área da engenharia que receba formação básica para o efeito. Antes da implementação oficial do respectivo regime, a DSPA facultará também formação adequada para facilitar o melhor cumprimento do regime pelo sector relacionado.

### **Sumário das opiniões:**

Se o dono da obra não contratar um supervisor ambiental será impossível fiscalizar o plano de redução de resíduos de construção elaborado pela entidade adjudicatária.

### **Resposta:**

- ▶ De momento propõe-se que o supervisor ambiental seja contratado pela entidade adjudicatária. O supervisor ambiental é considerado um inspector do tratamento de resíduos, com as principais funções de proceder à gestão dos resíduos de construção, confirmar a execução de todo o processo necessário aos talões (em três vias) de transporte e tratamento de resíduos, e realizar a estatística de dados, entre outros. O supervisor ambiental é ainda, obrigatoriamente, responsável perante a entidade adjudicatária quanto aos custos de obra decorrentes dos respectivos trabalhos, todavia, acredita-se que a entidade adjudicatária também proceda à fiscalização a si próprio, para garantir a gestão dos resíduos de materiais de construção.

## **5.3 Opiniões relativas à calendarização da implementação e construção das instalações de apoio**

### **Sumário das opiniões:**

Os sectores relevantes focaram a sua atenção na utilização dos materiais inertes de C&D resultantes da triagem e na calendarização da construção das respectivas instalações de triagem.



## Resposta:

- ▶ Os materiais inertes de C&D escolhidos por meio da triagem necessitarão de ser analisados em Macau mediante testes físicos, de radiação, etc., para garantir que os mesmos correspondam aos padrões de qualidade para o seu reaproveitamento. Assim, na condição de se poder articular com a calendarização das obras de aterros de Macau, uma parte destes materiais será utilizada nas obras de aterros de Macau e, a outra parte, será transportada por via marítima para as regiões da Província de Guangdong para o aproveitamento em aterros. Todo o processo do transporte marítimo será controlado, de forma rígida e intensiva, por meios tecnológicos, necessitando ainda, quando esses materiais chegarem às respectivas regiões, de ser submetidos a teste aleatório e a controlo sanitário, no sentido de assegurar o cumprimento das exigências de qualidade pelos materiais escolhidos.
- ▶ A DSPA já envidou esforços para desenvolver os trabalhos relacionados com o planeamento e a construção da primeira fase das instalações de triagem dos materiais inertes de C&D. As unidades de triagem terão uma capacidade de tratamento projectada de 2.000 toneladas por dia, procurando que as obras destinadas ao tratamento dos resíduos sólidos inertes, de forma Inter-regional, resultantes de demolição e remoção de construções possam entrar em funcionamento em 2019. Para além da primeira fase das instalações de triagem dos materiais inertes de C&D estão também a ser promovidas, passo a passo, as construções de outras instalações de hardware necessárias como o terminal de transição, e de outras infra-estruturas para o local de recepção, entre outros.

## 5.4 Opiniões relativas às medidas complementares contra o abandono ilegal de resíduos de construção

### Sumário das opiniões:

Prevê-se que, depois de se implementar o respectivo regime, o abandono ilegal agravar-se-á quando comparado com a situação actual. Por isso, o Governo terá que reforçar a execução da lei, para garantir uma implementação efectiva do respectivo regime, devendo também especialmente prever medidas complementares para investigar o local de onde provêm, ou para onde vão, os resíduos de construção resultantes de remodelação de residências de pequena dimensão, e para aplicação de multa.

## **Resposta:**

- ▶ Com vista a garantir a deposição e o tratamento, de forma adequada, dos resíduos de construção depois de saírem do local das obras, foi proposta no texto da consulta a disponibilização dos talões para o transporte e tratamento de resíduos, que visa informar eficazmente sobre o local para onde são levados os resíduos de construção; além disso, também foram propostas no texto as medidas complementares contra o abandono ilegal dos resíduos de construção, incluindo a criação do documento de autorização para despejo de resíduos de construção – só se pode entrar no ARMC depois de se obter o respectivo documento de autorização válido –, o estabelecimento do mecanismo de denúncia do abandono ilegal de resíduos – por exemplo, estabelece-se a linha vermelha de denúncia em funcionamento durante 24 horas e proceder-se-á à fiscalização da situação do abandono ilegal pelos existentes serviços públicos –, bem como o aumento significativo da multa por abandono ilegal de resíduos de construção, entre outras medidas. Essas medidas visarão, através da sua interligação, regular os meios de abandono de todos os tipos de resíduos de construção, melhorando assim a situação relativa ao abandono ilegal dos resíduos de construção.

## **5.5 Opiniões relativas às principais responsabilidades de cada parte interessada**

### **Sumário das opiniões:**

Os respectivos sectores consideram que é necessário definir claramente quais os produtores de resíduos de construção mencionados no texto da consulta; quer isto dizer que o produtor será a entidade adjudicatária, a empresa de remodelação ou a empresa de transporte? Assim como se devem esclarecer as suas responsabilidades.

## **Resposta:**

- ▶ O produtor de resíduos de construção referido no texto da consulta é o responsável pelo pagamento das taxas, ou seja, do incentivo económico, para o tratamento de resíduos de construção transportados para o ARMC. Dependendo da decisão inteiramente tomada em cada projecto de obra, esse responsável, ou seja, a entidade que abra a

conta de pagamento, poderá ser o promotor ou o construtor geral do respectivo projecto de obra. Para as obras de remodelação de pequena dimensão, tanto o proprietário como a empresa de remodelação ou a empresa de transporte podem ser o responsável pela abertura da conta para pagamento.

- ▶ A conta para pagamento divide-se em dois tipos, a saber, a conta geral de pagamento e a conta exclusiva de pagamento, sendo que, a conta geral destina-se às obras com valor inferior a um milhão de patacas, enquanto a conta exclusiva destina-se às obras com valor igual ou superior a um milhão de patacas. Os produtores de resíduos de construção devem abrir uma conta exclusiva de pagamento para cada contrato de obra com valor igual ou superior a um milhão de patacas.

## 5.6 Opiniões relativas às disposições transitórias

### Sumário das opiniões:

Os sectores relevantes propuseram que o período de transição seja prolongado até 2 anos porque é demasiado curto o respectivo período com duração de apenas 6 meses após a entrada oficial em vigor do Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau.

### Resposta:

- ▶ A proposta para o período de transição já teve em consideração geral a urgência da situação de operação do ARMC e as necessidades de operação dos sectores relacionados. No entanto, a DSPA ainda irá analisar as mencionadas opiniões.

## 6. Programação dos trabalhos posteriores



Depois de acabar os trabalhos respeitantes à consulta do “Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau”, e após a ordenação e a análise das opiniões e sugestões recolhidas durante a consulta, a DSPA definirá uma proposta final e dará andamento aos trabalhos legislativos posteriores, com o propósito de aperfeiçoar a gestão dos resíduos de materiais de construção de Macau e as respectivas medidas de fiscalização, através da redução de resíduos a partir da fonte e de meios económicos.

## 7. Conclusões

A fim de reduzir os resíduos de construção a partir da fonte e melhorar a separação à partida através dos incentivos económicos, a DSPA elaborou o documento de consulta sobre o “Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau”, tendo nele sido propostos o plano de redução de resíduos de construção, o plano de cobrança das taxas para o ARMC e as medidas complementares, entre outros. No intuito de recolher, de forma aprofundada, as opiniões e sugestões da sociedade, e para otimizar a gestão dos resíduos de construção e as respectivas medidas de fiscalização, bem como incrementar a transparência da Acção Governativa, a DSPA recolheu, através dos trabalhos da consulta, as opiniões da sociedade, sectores, associações relevantes e público sobre o documento de consulta do “Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau”, procedendo à ordenação, à classificação e à sumarização das perguntas, opiniões e sugestões recebidas, assim como deu esclarecimentos preliminares aos temas e opiniões importantes de cada categoria, de modo a que as pessoas consultadas e o público tenham conhecimento das ideias expressadas pelos diferentes participantes nesta consulta.

Neste relatório da consulta estão apontadas as matérias que mereceram mais atenção, designadamente, o plano de cobrança de taxas para o ARMC, o plano de redução de resíduos do ARMC, a calendarização de implementação e a construção das instalações de apoio, as medidas complementares contra o abandono ilegal dos resíduos de construção, as principais responsabilidades de cada parte interessada e as disposições transitórias, entre outros. A DSPA irá analisar, de forma mais aprofundada, as respectivas opiniões e sugestões, para melhorar a proposta de regulação.

Por fim, a DSPA gostaria de agradecer mais uma vez a todos os indivíduos dos sectores sociais pela sua participação na consulta sobre o “Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau”, e pelas suas preciosas opiniões e sugestões expressadas, as quais serão favoráveis aos trabalhos legislativos posteriores do Governo da RAEM.

## Anexo I Opiniões escritas (incluindo cartas e email)

### 建築業界

編號：01	提供日期：2015-12-18
機構：澳門建築機械工程商會	姓名：社團代表

### 意見內容：

貴局推出之「澳門建築廢料管理制度」諮詢文本，本會謹代表建築業界反映的意見如下：

為推行處理建築廢料的處理，而進行源頭減廢及實施收費措施，本會表示認同採用收費手段加以控制廢料的處理。

建築業界反映是次進行的諮詢期過短，建議延長不少於3個月，並能與業界深入廣泛諮詢和探討其操作可行性的細節。

目前諮詢文本中所訂定收費標準，惰性拆建物料，每公噸收費不少於澳門幣30元，非惰性拆建物料，每公噸收費不少於澳門幣130元。建築業界期望 貴局說明其計算收費的依據內容，因收費增加變成建築成本增加，物價跟隨上升。

由於過渡期半年太短，舊合同價的工作可能尚未完成，故此建議過渡期由法律生效日起計2年。

諮詢文本四.澳門建築廢料管理制度中第4.1章建築廢料減廢計劃的內容，本會建議收費計劃應與減廢計劃分開和分階段進行，先進行收費計劃，過渡期2年期內進行執行情況檢討，視乎實際需要再推行行政手段的管理，例如：環境管理計劃、聘請全職的環境主任、編寫環境報告等；過渡期間亦需要培養「環境主任」人材的需求情況是否足夠給業界聘請？

收費的程序運作，應簡單化進行，建議按每輛運輸車輛及按實際載重公噸數計算收費。因運輸建築物料經常是與承建商分開的，因此亦要考慮個體戶的要求。

建議考慮於澳門、氹仔、路環等地區設立建築廢料收集點，以水路運輸方式運往堆填地點。從而減少陸路運輸時產生路面及廢氣污染等問題。

建議使用建築廢料堆填產生土地，政府在批出土地所得的收益中，撥出若干百份比例回饋給建築業界作為長遠發展基金的用途。

編號：02	提供日期：2015-12-09
機構：澳門建築置業商會	姓名：社團代表

## 意見內容：

關於 貴局就「澳門建築廢料管理制度」諮詢文本收集業界意見，本會表示支持，認同制度可配合城市健康發展及建築行業的提升及進步。本會公共及私人工程事務關注小組亦就諮詢文本進行討論研究，同意城市的健康發展是每一位公民的責任，提高業界環保意識及配合相關環保施政，小組代表出席了 貴局舉辦了之諮詢會議，了解諮詢文本內容後，現就以下三個要點提出意見及建議：

### 一、關於建築廢料收費級別

1) 惰性拆建物料，每公噸澳門幣\$30，非惰性拆建物料，每公噸澳門幣\$130。

二、局方建議公共工程的工地棄置建築廢料限度6萬公噸、私人工程的棄置建築廢料限度30萬公噸，超量者被要求由工程倡議人整理建築廢料減廢計劃提交予環境保護局審批。

### 三、載運入帳票的操作流程。

第(一)點：分級收費建議金額也表示可以接受。

第(二)點：建築廢料減廢計劃預先提交予環境保護局，本會認為不須要並且要求取消，這程序不表示可達到源頭減廢目的，沒有意義，只有增加行政工作。我們反建議政府可以向大型工程建設項目優先推行使用鐵模板、大型公屋建設採用預制件建築方案、考慮使用清水房、毛胚房，這些政策才是真正的源頭減廢。

第(三)點：載運入帳票的操作流程，諮詢文本內要求以三聯單樣式以跟蹤載入之紀錄，本會對此樣式表示反對。此舉，同樣是重複及增加政府與承建商之間的行政工作，建議由運輸司機 / 公司負責付款工作便可，承建商於地盤已付足費用給予運輸司機 / 公司，便已經完成了程序，負責合法處理建築廢料的工作已轉移給運輸司機 / 公司；另外，也建議環境保護局應採用電子收費，以提供更有效率的操作流程。

本會就環境保護局提出此管理制度表示贊同，源頭減廢，分類回收，珍惜資源，做好管理廢料工作，也是行業應有之責任。最後，冀望 貴局是次諮詢工作順利，聆聽業界意見，冀望制度能夠真正切合行業長遠發展需要，合理保障各方權益。

## 環保團體

編號：03	提供日期：2015-12-23
機構：聚賢同心協會	姓名：社團代表

### 意見內容：

澳門唯一的建築廢料堆填區自2006年3月運作至今，已累計接收超過2,000萬立方米的廢料，並早在2013年已經飽和，只能將廢料作堆高處理，但由於當局遲遲未落實建築廢料收費，2014年本澳建築廢料量創下438萬立方米的歷史新高，較五年前約160萬立方米增加逾1.7倍，對堆填區的運作已構成嚴峻的壓力，甚至要借用周邊土地作臨時分流，才能有空間用作興建惰性廢料篩選設施，由於本澳已暫時沒有地方可用作建築廢料堆填，如何妥善處理本澳建築廢料的問題已是迫在眉睫。就《澳門建築廢料管理制度》諮詢文本，本會有以下的具體意見：

#### 一、儘快落實建廢收費減公帑補貼

香港自2006年實施建築收費後，建築廢料目前已大減超過一半，成效顯著。針對本澳建築廢料堆填區已迫爆數年，故本會強烈促請環境保護局，必須盡快落實《澳門建築廢料管理制度》諮詢文本中，以經濟手段向所有建築廢料生產者收取廢料處理費用，減少政府對建築廢料的公帑補貼，同時藉此推動建築業界在源頭做好建築廢料的減少產生和分類回收。鑑於本澳建築廢料堆填區已經飽和多年，且當局至今仍未有明晰的立法時間表，本會不認同諮詢文本中建議法律生效後半年才實施建築廢料減廢計劃、建築廢料堆填區收費計劃及相關配套措施之建議，因為過渡期過長，很可能會令更多工程在制度生效前趕尾班車，反令廢料量大增。

#### 二、收費應體現污者自付及政策目標

諮詢文本建議，惰性拆建物料每公噸收費不少於30元、非惰性拆建物料每公噸收費不少於130元，水平與香港收費相約，但港府最近已公開表示，堆填區處置建築廢料的成本已升至每公噸200多元，目前每公噸125元的收費不足體現污染者自付的原則，處置公眾填料的成本也遠高於現時每公噸27元的收費水平，故已準備調升收費。目前本澳正投資二億元興建廢料篩選設施，之後還要建設碼頭、支付將惰性廢料運往內地的費用等，諮詢文本建議之收費肯定未能補回公帑付出之處理成本，但作為本澳污者自付的第一



步，本澳認同應先儘快落實建築廢料收費制度。及後應因應成效逐步將費用調整至與成本掛鈎，不能長期由公帑大量補貼，以體現“污者自付”的原則。長遠而言，有關費用應與整體環保政策目標掛鈎，有需要時甚至可參考英國徵收高於處理成本的費用，以經濟手段令建築廢料進一步減少。

### 三、加強巡查處罰違法棄置

建築廢料由免費變收費，必然會令違法棄置建廢的情況增加，當局有必要聯同其他部門，加強巡查並作處罰，更應制訂有效和具阻嚇性處罰措施，雙管齊下加強阻嚇力，確保建築廢料收費制度得以有效落實。但必須指出，由於本澳對於垃圾棄置並沒有清晰的指引和規定，在釐定是大型家居垃圾，還是建築廢料時存在一定的灰色地帶，當局必須為此制訂明晰可操作的指引，並加強宣傳，避免由此產生的爭議。

### 四、惰性廢料優先作本地填海

本會認同長遠而言應通過區域合作處理本澳的惰性廢料，但本澳新城填海工程更應該作優先消納，儘管當局已表明未來填海工程會優先使用本澳的惰性廢料，並已在E1區填海工程預留部分空間接收惰性物料。但針對本澳A區填海工程因缺砂已停工多時，當局更應作出策略調整，研究將A區改用惰性廢料填海的可行性。

### 五、修法容許毛坯房減建廢

生效數十年的《都市建築總章程》規定單位收則時需設有基本廚廁設備才能取得“入伙紙”，但卻沒有相關設施的質量和耐用標準。隨著社會生活水平的提高，不少業主購買新單位後，很多時會將有關質量較差的廚廁設備更換造成浪費。當局除應對社會加強宣傳物盡其用、減少裝修浪費的環保理念外；本會建議當局更應在源頭做起，在日後修訂《都市建築總章程》時，應制訂合適的標準和足夠的保養期，確保新樓單位之廚廁設備、地板及管網等耐用建材具備一定質量，同時亦可參考內地造法，容許發展商提供“毛坯房”，減少新屋因重新裝修產生的巨大浪費和廢料量。

編號：04	提供日期：2015-12-23
機構：綠色未來	姓名：社團代表

## 意見內容：

一、《澳門建築廢料管理制度》諮詢文本將建築廢料收費計劃分兩級收費，惰性拆建物料每公噸收費不少於30元，非惰性拆建物料則每公噸收費不少於130元，該收費參考香港建築廢料收費，與香港收費接近，但本會認為本澳的建築廢料收費應比香港現存的更嚴格。由於香港建築廢料收費於2005年頒佈，實施已近十年，且當時香港的堆填區還未飽和，反觀澳門，本地建築廢料堆填區已經飽和，且法律法規的編制和實施必相比香港的滯後，如參考香港收費的價格，實在趕不上澳門燃眉之急，故本會在考慮其急切性和即時效用等因素後，建議政府透過更嚴格建築廢料收費制度改善現存及未來的土地及廢料問題。

二、《澳門建築廢料管理制度》諮詢文本提及，環境保護局「編制建築廢料減廢指引」，工程倡議人「委託第三方顧問或獨立的环境查核人編寫建築廢料減廢計劃」，「向環境保護局提交建築廢料減廢計劃」，「在投標案卷或詢價案卷中列出建築廢料減廢計劃的工程減廢原則」。本會認為有關做法應進一步優化為：由環境保護局負責編制具法律效力的建築廢料減廢條例，並列明審查和批給標準，工程負責人必須依據該條例編寫建築廢料減廢計劃並實行有關減廢措施；透過政府的強制減廢工作和公開透明的標準，做到綠色建築和減少引起不必要的爭議。

三、由於澳門堆填區的分選設施還未建設，難以高效地處理未分類的建築廢料，故本會冀望政府盡快完成建築廢料堆填區的分選設施的工程，以便與日後出台的收費計劃接軌，避免大量未經分類的建築廢料進入堆填區；建議政府參考香港，建立填料管理設施，建立填料暫存的空間，如工地未能完全使用挖掘工程的棄土作為回填料，應可安排由其他欠缺填料的工地接收棄土，並建立資訊平台，以便有剩餘棄土與欠缺填料的工地互相配合。

四、據《澳門環境保護規劃(2010-2020)近期實施及成效評估》顯示，澳門的「廢棄物資源回收率」「未達預設目標」，換言之，澳門現時的回收情況並不理想，其近期成績表不合格，本年9月下旬的回收業罷工事件更令全城進一步關注本澳的資源回收效率和

行業前景，故本會建議正視本澳的資源回收問題，多支援有關業界和推動社區進行資源回收的工作，如實施建築廢料收費後把該徵收費用，用作設立回收基金，以行業補貼或獎勵日常回收等形式改善澳門的回收狀況。

五、澳門建築廢料堆填區現已飽和，本會期望政府盡快交代未來的堆填區安排和規劃：在2016年澳門完成篩選惰性建築廢料設施後，可將有關廢料運往內地填海，該措施將如何與日後出台的建築廢料管理制度接軌？會否因監管不足而出現跳過收費、直接運往內地處理的問題？如日後堆填區在過飽和後關閉不用，建築廢料的收費計劃又將如何調整？

## 市民

編號：05	提供日期：2015-11-25
機構：/	姓名：一名市民

### 意見內容：

有關諮詢文本中第23頁第4.4實施建築廢料管理制度後各持份者的主要責任，本人認為這屬於守法自律的原則性規定。未能有效監管廢料的棄置問題，本人認為應該將監管工作推行至大廈管理處，由各個管理來執行廢料的運送記錄。具體的做法是：由 貴局召集其他相關部門(房屋局、民署、街總等) 共商有效執行的細節，以及建立相關的法律規章。

按照實際情況，政府是無法做到每日的監管工作的，就算是稽查的人員，頂多也只能處理個別情況，更實際的做法是做好監督。執行的第一個關卡，即係由各大廈管理處作把關，凡有大型 / 建築廢料棄置，應由大廈管理員登記(包括：住戶單位、姓名、電話等)資料，以便日後提供資料給民政總署 / 相關部門去跟進及究辦事件。

澳門近10年的賭業突飛，外地勞工大量湧入，令人口膨脹，生活空間縮減、人口的大量增長亦導致大量的生活廢料及家居垃圾產生，同時，社會的經濟進步，家居及商業樓宇建築廢料亦頻繁及大量地產出。盼當局能制定適時有效的制度來建造有序整潔的社區。

編號：06	提供日期：2015-12-17
機構：/	姓名：一名市民

### 意見內容：

公共工程由政府支付，即使需要收費，承建商也是將費用轉嫁到政府，然後使用公帑來支付廢料傾倒費用，顯然對公共工程減廢沒有刺激作用。建議對公共工程應設定最低的減廢要求，按照工程價金或預計的廢料量而設定減廢限額，而非降低棄置寬限量，例如一項工程預計有100萬公噸廢料，可要求減少50%或以上的廢料量，並逐年提高要求，以推動公共部門的減廢意識。

棄置寬限量在諮詢文本中沒有任何支持，只是一個隨意的數字？澳門近年建築廢料大概在2、300萬公噸，若有十個八個項目，那麼要收費的似乎極少，或者只是路氹城的一些大型項目才需要支付，預計有幾多要收費？另外，一些裝修或小型項目根本達不到這個數字。因此，應有一些本地工程廢棄物料量的統計數據，才能了解這個數字是否合適。

收費所指的澳門幣30元 / 130元是什麼水平呢？近年堆填區管理費用高企，這個收費能維持營運嗎？似乎難以顯示廢物處理的成本。

編號：07	提供日期：2015-12-16
機構：/	姓名：一名市民

### 意見內容：

建築廢料應由源頭開始，除了興建中之建築廢料外，大部份建築廢料都是房屋落成後，業主再拆除地板、牆身、門、窗、廚具、廁具及水渠等。本人建議如下，可仿效內地部份興建房屋方式，從樓花開始推出沒有裝修的房屋，或由業主選擇標裝，這樣大大減少建築廢料，但涉及土地工務運輸局審批圖則及驗收圖則問題，貴局必須與該局協調。

## 廢物收集或處理設施

編號：08	提供日期：2015-12-18
機構：廢物處理設施營運公司	姓名：/

### 意見內容：

澳門特殊和危險廢物處理站每批廢棄物進廠前都須要事先申請，經審批及格後合適於危廢站處理者方可進廠，因此沒有建築廢料非法在危廢站棄置之問題。

編號：09	提供日期：2015-12-23
機構：廢物收集公司	姓名：/

### 意見內容：

同意建立管理制度。較為認同類似新加坡的做法，由政府制訂一套完善的廢料指引，幫助一些沒有廢料管理經驗的公司制訂和實施廢料減量和回收再用計劃。

同意對建築廢料分級收費，較為公平。

同意對建築廢料分成兩個等級收費，分別是1) 惰性拆建物料；2) 非惰性拆建物料。

同意實施的建築廢料堆填區收費計劃中，惰性拆建物料每公噸收費不少於澳門幣30元，而不屬上述的其它建築廢料則每公噸收費不少於澳門幣130元。

同意加重非法棄置建築廢料的處罰，建議每次違反的科處罰款金額由澳門幣5萬至澳門幣20萬元。

應加強宣傳及監控。

編號：10	提供日期：2015-12-15
機構：廢物處理設施營運公司	姓名：/

## 意見內容：

1. 題述諮詢文本內容第22頁建議增加非法棄置建築廢料的處罰金額由澳門幣5萬元至澳門幣20萬元，並同時建議將建築廢料於澳門垃圾焚化中心棄置亦屬非法棄置論，相信此舉可有效減少非可燃廢料進入垃圾焚化中心之情況，可減少對垃圾焚化中心正常運作之影響，惟此建議需配合詳細之實際執行規範，現加以說明並提供意見如下：

1.1 如上所述建議將建築廢料棄置於澳門垃圾焚化中心亦屬非法棄置論，惟此建築廢料是否指非可燃建築廢料？本司相信是指非可燃建築廢料，惟其運載非可燃建築廢料佔全車比例多少才是非法棄置？建議需加以釐清。

1.2 接上題；如上所述建議將建築廢料棄置於澳門垃圾焚化中心亦屬非法棄置論，惟實際執行時，棄置廢料於澳門垃圾焚化中心之定義如何？若棄置這動作定義為從車上把廢料傾倒入焚化中心之垃圾儲坑的一刻，相信難以判別其傾倒廢料之性質及數量，建議需把棄置這動作定義為進入焚化中心，因垃圾運輸車進入焚化中心後，若本司懷疑這垃圾運輸車所運載廢料為非可燃建築廢料時，雖焚化中心入口過磅處設有閉路電視系統，然而只可判別其外觀，絕不可能確認其全車所載廢料之性質及數量。因此在廢料被傾倒入垃圾儲坑前，本司可進行全車垃圾落地檢查以確認其所載廢料之性質及數量，惟雖然如此，但如上所述；現時仍未有相關訂定非可燃廢料之比例。

1.3 接上題；若相關詳細執行規範訂定後，當本司發現有非法棄置情況出現時，惟本司沒有公權力，則誰可發出罰單？建議執行初期，由 貴局人員與本司人員一起執行全車垃圾落地檢查，並建議由 貴局人員簽發罰單。

2. 題述諮詢文本內容第9頁所述澳門建築廢料堆填區入口處設有閉路電視系統並可透過此系統檢查車輛運載之廢料種類，就如上所述；焚化中心入口過磅處同樣也設有閉路電視系統，然而只可判別其外觀，絕不可能確定全車所載廢料之性質及數量，最終只有進行全車垃圾落地檢查才可確認其所載廢料之性質及數量。因此建議澳門建築廢料堆填區亦需對可疑車輛進行全車垃圾落地檢查。

3. 上述兩點均提出有可能發生在廢料進場時之一些實際執行期間所遇到之問題，當然最有效之方法是從廢料源頭進行管制。如題述諮詢文本內容第22頁所述；建議制定建築廢料傾卸許可證制度，只持有有效許可證之車輛方可進入澳門建築廢料堆填區。如廢料源頭管制之原則，建議只持有有效許可證之車輛方可進入各建築地盤把建築廢料清運，若運載為可燃廢料則可直接運往焚化中心，當焚化中心發現這些有許可證車輛進入時，可作重點集中檢查，此舉可防止建築地盤任意安排一般清運車輛把非可燃建築廢料運載入焚化中心時有不易被發現之情況。

## Anexo II Opiniões recolhidas in loco (nas sessões de apresentação e de consulta)

### 2015年11月5日環境諮詢委員會介紹會

編號：01	提供日期：2015-11-05
機構：環境諮詢委員會	姓名：與會委員

#### 意見內容：

有關制度操作性困難，澳門工地細，拆卸樓宇又無發牌制度，泥頭車司機不願做分類，只會將建築廢料拆件、裝細袋，投放入垃圾桶內。建議同步將建築商分級、拆卸樓宇須持牌、持證上崗等，加大社會責任將有助制度之推行。

源頭減廢應由設計開始，並須注意工程質量，可減少改裝次數，建議引入毛胚房，由用家自行裝修。

政府工程應率先採取「用者自付」原則，並在競投標書中列明須遵守的制度。

對環境主任有甚麼要求？須具備甚麼專業資格？若須持牌，責任重大。

要求定義何為廢料？園林和木材可循環再生，但對玻璃棉、鋁窗、玻璃等如何處理？餘下的其他物料又會如何處理？

建議對大企業收取較高費用。

澳門的工地細，沒有條件進行分類。

政府須掌握各類工地所產生的建築廢料量。

有關諮詢文本是希望由政府還是工地自行分類？



在人資短缺的情況下，就沒有辦法進行分類，即使是大工地都請不到人去做，此制度將對業界造成沉重負擔，要對人力資源作深層考慮。除非判出更多外勞額，否則沒有人手就無法執行有關制度。

1公噸建築廢料的收費才不少於澳門幣30元，是否合理？而且政府能否收回成本？收費過低，應要業主有成本的壓力。

在建築廢料堆填區內對建築廢料進行分選的工作，由環境保護局做還是外判私人公司做？

## 2015年11月9日新聞發佈會

編號：02	提供日期：2015-11-09
機構：澳門電台	姓名：/

### 意見內容：

有關實行《澳門建築廢料管理制度》後，本澳建築廢料能減少多少？多少廢料能夠重新利用？可回收的廢料又是多少？

澳門建築廢料堆填區已飽和，收集後的建築廢料如何處理？澳門還有什麼地方可以處置建築廢料？

對於家居裝修，由業主還是裝修公司承擔建築廢料產生的費用？

粵澳合作是否指在台山市傾倒建築廢料？有關項目預計何時正式開始？另外，在此之前如何處理建築廢料？

編號：03	提供日期：2015-11-09
機構：/	姓名：/

### 意見內容：

建築業界對收費制度會否有較大反彈？

細工地地方有限，因此無法分類。而大工地雖然有地方進行分類，但他們較著重工期多於錢，收費是否真的有成效？除收費制度外，澳門會否考慮使用法律規定業界必須為建築廢料分類？

編號：04	提供日期：2015-11-09
機構：/	姓名：/

**意見內容：**

實施制度後，非法傾倒的情況是否會更嚴重？

編號：05	提供日期：2015-11-09
機構：市民日報	姓名：/

**意見內容：**

公共工程與私人工程的棄置寬限量為何有這麼大的區別？

關注到工程計劃變化大，政府如何評核有關棄置量？定期對收費價格進行評估，定期是指多久評估一次？

編號：06	提供日期：2015-11-09
機構：/	姓名：/

**意見內容：**

有關收費制度實施後，政府預計收益多少？

編號：07	提供日期：2015-11-09
機構：澳門日報	姓名：/

### 意見內容：

實施制度後，非法傾倒的情況是否會更嚴重？

## 2015年11月12日業界諮詢會

編號：08	提供日期：2015-11-12
機構：澳門建造業環境保護學會	姓名：與會代表

### 意見內容：

就實際操作，政府有沒有模擬過以及當中有什麼缺失？

建築工地沒有場地進行分類，人手又不足，有否考慮過實行建築廢料管理制度與現時法律的聯繫和抵觸？例如噪音法，若晚間加班將建築廢料分類，會影響周邊的居民。

現時諮詢文本中對於罰則並沒有清晰的規定。倘若市民非法棄置一張椅子，會否被罰澳門幣五萬元？

編號：09	提供日期：2015-11-12
機構：澳門建築置業商會	姓名：與會代表

### 意見內容：

《澳門建築廢料管理制度》實施後一定會令房地產的價格上升，正如近日的《物業管理業務的清潔及保安僱員的最低工資》法案通過後，大廈管理費大幅上升之情況一樣，政府推行《澳門建築廢料管理制度》是否希望本澳的樓價繼續上升？

現時大勢所趨是無紙化，有關三聯單制度，建築業界、政府及司機要留住三聯單的其中一張，消耗人力將資料輸入電腦，人力資源緊張，是否有足夠的人力支援？

工程合約的澳門幣100萬元界線如何界定？業界會將之拆細成好多單。

建築公司在管理上亦出現困難，司機出工地後可能會接其他的廢料，最好由司機付費較切實可行。

香港和澳門的法律制度是不同的，不可盲目跟隨。香港將惰性拆建物料運往台山為他人發展房地產，建議將堆填區的物料用於澳門的填海。歷史上澳門的土地都是填海出來的，例如林茂塘、新口岸，這個制度推出來對社會的影響是怎樣的？如何將廢料變成有用的物料正正是環保的思維。

編號：10	提供日期：2015-11-12
機構：澳門建造商會	姓名：與會代表

### 意見內容：

全職環境主任是所有工地都要有的嗎？環境主任需通過培訓，會否好像安全主任的制度？勞工局過往舉辦合適的課程，做了好多年才有今天的成績，但建築廢料管理制度的寬限期只有六個月，到底預計何時實行？整個社會要用多少時間去培訓？

近年社會建設快，源頭減廢上承建商已儘量減廢，例如：在混凝土塊中將金屬鋼筋循環回收，工地要有條件才能做得到，但是倘若工地條件限制，不足以做到分類回收，則在工地內難以做到對建築廢料的源頭分類及循環回收。此外現時本澳的泥頭其實都是由一個工地運往另一個工地利用，若時間不配合才送往堆填區，政府可否協助先暫存有關泥頭，待將來有需要時再賣給承建商？

現時街道上隨意棄置的建築廢料多為家居棄置，工地並沒有。小型的判頭又如何追蹤其罰款？

編號：11	提供日期：2015-11-12
機構：澳門建築師協會	姓名：與會代表

### 意見內容：

編制建築廢料減廢計劃需要在哪個階段提交？入則時還是申請施工准照階段？

澳門幣 100 萬元的工程金額是很容易達到的。

工程項目設計與建築廢料處理無關，建議申請施工准照時才交建築廢料減廢計劃。

編號：12	提供日期：2015-11-12
機構：澳門建造業總工會	姓名：與會代表

### 意見內容：

小型家居裝修，廁所、廚房只有兩三包的廢料，無處處理。

現時行業內很多不是本地人做，根本無法管，就算肯將建築廢料送去堆填區都無法棄置。建議於澳門半島設立小型建築廢料收集站，鼓勵市民合法棄置。

編號：13	提供日期：2015-11-12
機構：澳門工程施工主管協會	姓名：與會代表

### 意見內容：

惰性拆建物料收費澳門幣 30 元，而非惰性的則收費澳門幣 130 元是如何計算出來的？

堆填區收到的廢料如何處理？例如混凝土、木方？而細粒徑的砂石可以作填海之用，是有價值的物料，政府是否應該給予費用司機購買？

編號：14	提供日期：2015-11-12
機構：澳門環境保護產業協會	姓名：與會代表

### 意見內容：

是次的諮詢期太短，之前噪音法討論了 2 至 3 年。

建築過程由地基到完成會產生不同的廢料，工地在管理上採取垃圾不過夜的做法，保持工地清潔。有關廢料運往堆填區亦遇有打回頭的情況，例如化學物品、油漆等。將來法例要好清晰寫明各式各樣建築廢料的分類及其處置地點。



## 2015年11月14日公開諮詢會

編號：15	提供日期：2015-11-14
機構：澳門環境規劃協會	姓名：與會代表

### 意見內容：

環境保護局有沒有評估過執行建築廢料分類對總建築成本增加多少？未來以合作的形成將好的惰性拆建物料送往廣東作填海之用，會否考慮與本澳的團隊或者政府部門合作？

編號：16	提供日期：2015-11-12
機構：/	姓名：梁先生

### 意見內容：

何謂惰性拆建物料？為什麼海泥、瀝青等物料的收費會貴些？

建築廢料收費制度實施後，非法棄置泥頭的情況會否增加？

編號：17	提供日期：2015-11-12
機構：澳門環保物料回收商會	姓名：與會代表

### 意見內容：

本商會屬下的商戶為回收商，請問紙皮是否納入這個收費項目中？

編號：18	提供日期：2015-11-14
機構：業界	姓名：李先生

### 意見內容：

惰性拆建物料每公噸收費澳門幣30元，而非惰性拆建物料則收澳門幣130元，有關建議的收費是否適用於澳門？

編號：19	提供日期：2015-11-14
機構：/	姓名：一名市民

### 意見內容：

諮詢文本中有提到棄置寬限量，當中政府工程為6萬公噸，而私人工程為30萬公噸，兩者有很大的差距，請問當中的原因是什麼？

## 2015年11月24日政府部門諮詢會

編號：20	提供日期：2015-11-24
機構：房屋局	姓名：部門代表

### 意見內容：

《澳門建築廢料管理制度》內容主要針對承建商或建築商，當中亦涉及家居裝修工程，就家居裝修工程開設繳費帳戶是由裝修公司開設，還是由業主開設？

倘若業主或裝修公司沒有將廢料分類而運往建築廢料堆填區，建築廢料堆填區會否接收？

關於家居裝修產生的建築廢物，如不分類運至建築廢料堆填區傾倒時，將會收取多一些的費用，當中所指多一些的費用，是指每公噸收費為不少於澳門幣130元，還是諮詢文中兩個級別收費以外其他的收費方式？有關按金是多少？

為避免居民隨處棄置建築廢料，房屋局現時會要求(如社屋及經屋)管理公司統一收集居民的建築廢料作統一處理，就有關情況管理公司是否亦須向環境保護局申請繳費帳戶？如何界定澳門幣100萬元？如何計算有關建築廢料的產生量？

管理公司安排了某一指定地點作建築廢料暫存區，是否可以不論作非法棄置處理？

就一些社屋的小型維修工程，其性質零碎且分散、維修時間短暫，例如更換木門、水管、門鎖等，但其工程金額可能超過澳門幣100萬元，按是次諮詢文本中的規定，須開設專用繳費帳戶，並須支付澳門幣15,000元按金，以領取200張的入帳票，這樣可能會出現入帳票無法完全使用或無需使用入帳票的情況，例如更換木門後將廢棄木門直接運往澳門垃圾焚化中心處置便可，根本無需運往建築廢料堆填區，請問剩餘的入帳票將如何處理？

就《澳門建築廢料管理制度》諮詢文本中提及工程承建商需聘請環境主任，倘工程零碎且分散，並於同一時間在多個地點進行工程，請問環境主任的實際操作將如何執行？

編號：21	提供日期：2015-11-24
機構：民政總署	姓名：部門代表

### 意見內容：

就《澳門建築廢料管理制度》有關棄置寬限量的單位，在換算過程中可能會花費較多之時間，建議採用都市建築總章程中的等級來評估。

就入則方面，現時的入則程序劃分多個階段，包括初步研究方案、建築設計、工程計劃，倘將來建築廢料減廢計劃獨立與土地工務運輸局的入則申請分開遞交，當中可能會產生許多問題，例如土地工務運輸局已批准建築計劃後，將進行招標程序，倘這個階段環境保護局不同意建築廢料減廢計劃，第三方顧問公司必須就其意見作出修改，這樣將影響工程之可行性。

就建築廢料分類指引中有關特殊拆建物料的分類中包括樹頭樹枝，民政總署日常工作中會產生大量的樹頭樹枝，雖然民政總署將來設有相關的堆肥設施處理，但倘若處理量不能應付需求的時候，民政總署的外判商或業界有可能將單純為樹頭樹枝的廢料運往澳門垃圾焚化中心處理，以避免運往建築廢料堆填區，免除有關廢料的收費，從而降低成本，應如何避免有關情況？

非常認同提高非法棄置廢料的處罰，以加強阻嚇性；是次諮詢文本建議處罰金額為澳門幣5萬元至20萬元，處罰金額是按甚麼標準而定？

另外，如何有效地監管非法棄置廢料的行為及執行處罰程序？例如：如何防止有違規人在深夜於路邊山林處非法棄置廢料？

民政總署過去一直收到投訴指有吸缸車在山林非法棄置廢料，是次諮詢文本的罰則主要針對建築廢料，請問在修改處罰金額時會否同時針對非建築廢料之非法棄置行為？

諮詢文本中第4.4點有關工程倡議人須委託第三方顧問公司或獨立的环境查核人編寫建築廢料減廢計劃，有關第三方顧問公司或獨立的环境查核人之審批資格，是否可與現時推行的專業認證制度配對，即環境查核人是否與專業認證制度中環境工程師相配對的，還是由環境保護局評定有關資格。

根據民政總署之執法經驗，現時於各區所發現對公共環境衛生造成影響的建築廢料大多為店鋪進行裝修工程時所產生的；然而，民政總署對相關之違法行為作出檢控後，利害關係人士仍對相關的廢料不予清理，再者，於執法時對工程的外判商及其所聘請之人員實難以進行監管，建議環境保護局於立法時作出考慮。

倘市民因裝修而製造出的裝修廢料(如大型傢俱、燈飾等)，是否亦被納入建築廢料所監管之範圍內，建議環境保護局可考慮詳細對建築廢料作出定義。

執法方面，諮詢文本中未具體說明，若涉及民政總署的工作職能，建議在草擬相關法例前，與該署作出充分溝通。

編號：22	提供日期：2015-11-24
機構：土地工務運輸局	姓名：部門代表

## 意見內容：

是次諮詢文本建議私人工程的建築廢料減廢計劃在入則土地工務運輸局的時候一同遞交，請問建築廢料減廢計劃是否與環保樁基計劃的情況相若，會影響工程計劃之審批，由於環保樁基計劃涉及樁基之設計，故現時環保樁基計劃必須先獲通過後正則才會批出，而是次建築廢料減廢計劃是否相同做法？這涉及正則和工程准照的批出時間。

建築廢料減廢計劃是否應該與土地工務運輸局的入則程序分開直接遞交予環境保護局審批，因為土地工務運輸局無法就建築廢料減廢計劃給予任何意見。

《澳門建築廢料管理制度》是否會對接收的建築廢料之體積作限制，如幾米長的大型樁頭。

現時於政府土地非法棄置建築廢料的情況時常發生，現時由民政總署執行相關之處罰，請問將來《澳門建築廢料管理制度》有關非法棄置之處罰是由哪一部門執行？

環境保護局是否會就建築廢料減廢計劃推出編制指引？

環境主任需要甚麼資格要求？諮詢文本第4.4點中提及建議由工程承建商負責聘請環境主任，這樣可能會出現承建商制作建築廢料減廢計劃後，業主或監理公司由於沒有聘請環境主任而無法對其作出監管之情況。

《澳門建築廢料管理制度》預計何時實施？

《澳門建築廢料管理制度》的法理依據為何？

建築廢料的棄置寬限量是如何訂定，2014年建築廢料量為438萬立方米，而私人工程建築廢料寬限量則為30萬公噸(約15萬立方米)，倘按現時建議的棄置寬限量推行，由於本澳具該等規模的工程並不多，相信推行成效不大，棄置寬限量是否訂定過高？

有些工程是分幾期進行相關建設的，將如何計算有關棄置寬限量？

私人工程的棄置寬限量為30萬公噸，假設1台運載2.5公噸的建築廢料的運輸車計算，將需要約13萬車次後才需要收費，現時之私人工程根本無法達到，最多亦只會有1萬多車次，建議環境保護局須認真思考。

在《澳門建築廢料管理制度》推行前，會否有相關建築廢料減廢計劃編制的指引？

另外，有關建築廢料減廢計劃審批的時間，環境保護局有否限期或承諾？

編號：23	提供日期：2015-11-24
機構：建設發展辦公室	姓名：部門代表

## 意見內容：

《澳門建築廢料管理制度》有關收費及罰款的法理依據，需詳細列明。

對於一般家居小業主的裝修工程，繳費帳戶應由小業主申請，還是工程公司申請帳戶，當中的收費及按金是否轉嫁於小業主支付？

對於非惰性拆建物料，當中的其它拆建物料(例如可燃廢料等)是不應運往建築廢料堆填區的，如何杜絕這情況，不應單純以每公噸收費澳門幣130元處理。

建築廢料堆填區收費計劃中之價錢是如何釐定的，以及提到的按金怎樣發還或用於扣減收費，應說明如何處理。有關載運入帳票的破損/遺失等如何補發等的處理方式建議加入考慮。

應列明罰款的法理依據及怎樣釐定；非法棄置的程序如何對應相關罰款(澳門幣5至20萬元)；累犯者如何定義、怎樣累加罰款及怎樣執法？執法部門如何提供足夠人手配合，避免街頭隨便棄置建築廢料。

根據諮詢文本第4.4點表三內所示，工程倡議人需委託第三方顧問或獨立的环境查核人編寫建築廢料減廢計劃，該編寫人及工程承建商所聘請的環境主任，是否需要屬於都市建築及城市規劃資格認可登記？

## 2015年11月25日社區服務諮詢委員會

編號：24	提供日期：2015-11-25
機構：社區服務諮詢委員會	姓名：與會委員

### 意見內容：

支持環境保護局推行及實行《澳門建築廢料管理制度》，因為近10年路氹城及一些私人發展商興建很多房屋，當中產生很多建築廢料；同時，據瞭解現時建築廢料堆填區已堆高至14米以上；另外，未來新城填海規劃有350公頃的土地，當中涉及政府或私人工程的興建，所以現時推行《澳門建築廢料管理制度》很好。

關於建築廢料減廢計劃，按照諮詢文本的建議，私人工程倡議人須在向工務部門提交入則方案時，一同提交建議廢料減廢計劃，但根據現時私人工程的做法澳門現時未必有此專業人員從事相關工作，現時土地工務運輸局批則需時很長，實施此制度會否拖得更長，影響入則審批的時間？現時審批的內容主要是建築及消防條例，而建築廢料是在施工過程產生的，建築廢料的實際產生量是由承建商控制，故建議環境保護局要求由承建商提交建築廢料減廢計劃，而不是由設計公司提交。

私人工程業主在入草則及正則此兩個階段時，並不存在承建商此一角色，那麼有關之建築廢料減廢計劃是否由顧問公司或則師負責制定？顧問公司或則師是否懂得如何制定？還是須另外聘請專門的顧問公司制定有關建築廢料減廢計劃？建築廢料減廢計劃具體須提交的內容是什麼？

認為建築廢料減廢計劃並不是建築條例，而建築廢料只是在施工的過程中產生的，是否應由承建商提交有關建築廢料減廢計劃？

對於毛胚房的看法方面，是否需建毛胚房需視乎市場的需求，認同實行毛胚房可以減少建築廢料的產生，但現時本澳的豪宅一般會透過豪華的裝修來吸引買家，相比較政府工程（如公屋或經屋）會比較容易實行。另外，根據一些地產代理反映，現時一般買家只是用作出租或丟空的，很少會進行複雜裝修的工作，建議須在此方面調查具體會產生多少建築廢料。



整體認同有關制度。《澳門建築廢料管理制度》當中提及的一些數據資料，建議舉例說明，讓市民清晰明白裝修房屋時會產生多少建築廢料？需要多少費用等？

建議往後的講解會就堆填區的嚴重情況講解多些，讓市民知道根據現時建築廢料增長的速度，將會對建築廢料堆填區產生什麼影響。增加此方面的資訊，以增加市民的支持度。

建議環境保護局能在公開諮詢時，清楚向市民說明私人工程棄置寬限量300,000公噸具體數量是多少？一般裝修工程會產生多少建築廢料？費用是多少？

提出《澳門建築廢料管理制度》諮詢文本中第17頁，關於“建議公共工程的工地的棄置量寬限量為60,000公噸”，建議修改為“建議公共工程的棄置量寬限量為60,000公噸”，應該是指所有公共工程達到此寬限量時需要提交建築廢料減廢計劃，而不單指工地的工程；另外，有關寬限量的設定標準是什麼，以及所覆蓋的範圍多大？

提交建築廢料減廢計劃，需考慮不可延誤有關工程的審批時間及工期。

為何香港是分三級收費，而本澳則分兩級收費？當中的優缺點是什麼？

有關《澳門建築廢料管理制度》什麼時候可正式實行？

需要讓公眾及業界知道興建篩選設施的費用是多少？與內地的合作何時可進行？本澳現時處理1公噸惰性拆建物料及非惰性拆建物料的費用是多少？讓公眾及業界清楚知道諮詢文本中設置的收費費用是否合理，這亦是公眾支持的因素。

香港已表示於2015年年底將會提升有關建築廢料收費的費用，以及建築廢料處置量整體減少50%，與《澳門建築廢料管理制度》諮詢文本所示有差別，建議須更新有關資料。

建議環境保護局在與土地工務運輸局溝通時，可以在都市建築總章程技術篇中考慮修訂收則的規定，讓毛坯房亦符合收則的要求，以減少建築廢料的產生。

轉運碼頭何時可以興建？何時可將惰性拆建廢料運往內地再利用？

新城填海區是否可以再利用經篩選設施篩選後之惰性拆建廢料？

有關過渡期6個月是指《澳門建築廢料管理制度》實施6個月後才正式收費嗎？

現時很多放置在街道的建築廢料，其棄置者都會表示正在等待車輛，日後將如何進行執法？建議有關罰款下限可向下作出調整，要考慮實際的操作。

現時違規棄置建築廢料的罰則，是針對裝修公司、還是裝修之業主？

建築廢料收費後，有關費用將如何處理？

如何執行24小時運作的舉報熱線和透過相關部門監察澳門的非法棄置情況？

如何避免有關建築廢料運至澳門垃圾焚化中心傾倒？如何避免凌晨非法棄置？

地毯、床及家具是否屬於家居垃圾？還是屬於建築廢料？

## 2015年11月29日公開諮詢會

編號：25	提供日期：2015-11-29
機構：/	姓名：一名市民

### 意見內容：

裝修工程所產生的建築廢料如何收費？

編號：26	提供日期：2015-11-29
機構：澳門中華新青年協會	姓名：與會代表

### 意見內容：

是次的諮詢比過往的諮詢項目做得好，諮詢文本容易明白、清晰。

認同使用經濟手段和罰則，但除了這些還有其他的措施嗎？政府批給項目時過往承建商曾犯錯會否作為考慮因素？

環境主任的要求是什麼？其所擁有的專業及過往經驗是怎樣的？既然具有一定的專業性，澳門有沒有足夠這樣的人才？環境保護局掌握此方面的資訊嗎？

香港實行建築廢料收費制度後一年，建築廢料量減少了25%，澳門預計可以減少多少？有這方面的預計可以讓市民有願景。

此次諮詢並未引起社會廣泛的討論，宣導的工作需要加強，才能得到市民的認同。

編號：27	提供日期：2015-11-29
機構：/	姓名：氹仔海灣花園居民

### 意見內容：

現時海灣附近的垃圾站經常有大型傢俱、汽車的擋風玻璃、石料堆放，將來有關制度立法後上述的情況會否更加嚴重？市民將來要投訴會有什麼途徑？

編號：28	提供日期：2015-11-29
機構：/	姓名：氹仔居民

### 意見內容：

為什麼不將建築廢料進行廢物再利用呢？新城填海區A、B、C區，利用建築廢料堆填的效益好過吹填，一來廢物再利用，二來吹填沉降慢，而建築廢料傾倒時車來車往，有助壓實路基。

## 2015年12月14日社團諮詢會

編號：29	提供日期：2015-12-14
機構：澳門工會聯合總會	姓名：與會代表

### 意見內容：

主要關注現時住宅建築廢料的棄置問題，以及日後有關制度實施後，將如何執法？與現時民政總署對於一般垃圾非法棄置將會如何分辨？居民將可以怎樣進行舉報？如何與大廈管理公司進行協調及溝通，以促進管理公司對周邊非法棄置進行監督及舉報？

民政總署於新春期間設置之大型家居垃圾臨時存放點所棄置的垃圾(如年花年桔)是否亦屬建築廢料？

賭場及政府部門(如民政總署)須棄置樹頭樹枝時，是否亦需收費？

現時諮詢文本中說明樹頭樹枝、破爛花盆等是作為建築廢料。氹仔現時有售賣植物的店舖，建議須向其說明有關情況，讓其知道花盆等廢料已不是一般垃圾。

居民與裝修師傅協議時出現爭拗，應如何處理？是向環境保護局還是民政總署作出申訴？

有關社屋和經屋，現時居民收樓後一般會豪華裝修，將原有的裝修拆掉，未來新城區、新型屋苑會否考慮毛坯房？內地收樓都可以有選擇，局方今後會如何處理？

支持環境保護局推行及實行《澳門建築廢料管理制度》。另外，有關《澳門建築廢料管理制度》中情性拆建物料收費不少於澳門幣30元，非情性拆建物料收費不少於澳門幣130元，在用家自付的原則上是合理的，但恐怕居民及業界會認為極不合理，因由過往不收費變成收費。

有關建築廢料收費對象是誰？如何進行宣傳？建議向市民說明1公噸家居建築廢料具體是多少數量？

現時有關《澳門建築廢料管理制度》收費標準過於簡單，做不到節約，應該是產生越多的建築廢料則需支付更多的費用，才能讓一些產生大量建築廢料的人仕或業界想盡辦法減廢，以減少有關建築廢料的產生。

就有關諮詢文本中提及玻璃纖維及樹頭樹枝，如何與現時大型垃圾區分？市民不會將樹頭樹枝此等物品視為建築廢料。

日後是否會發生將建築廢料非法傾倒於空置工地或閒置土地的情況，或者有關工地以租借的方式讓其他人仕堆放有關建築廢料？

關於諮詢文本中提及“建築廢料產生者”是指誰？當發生非法棄置時是對業主、裝修公司，還是運輸司機進行處罰？現時澳門一般家居裝修不會與裝修公司簽署合同，倘若發生非法棄置時將難以確定責任，建議日後有關制度實施前需考慮有關情況。

將建築廢料中的木地板送去澳門焚化中心處理，焚化中心會否收費？考慮到兩者之間如有收費的差異會影響到居民選擇將有關的廢料送往哪一邊處理。

工地的建築廢水需要怎樣的處理過程和工藝？民政總署對非法排放是否有作出檢控？有關廢水淨化後出泥送往堆填區處理就要收費，現階段法例上如何作出監管。

編號：30	提供日期：2015-12-14
機構：澳門中華新青年協會	姓名：與會代表

## 意見內容：

建議須注意有關制度實施時之實際可操作性，如“羊毛出自羊身上”的做法，可能會產生爭拗。

在有關制度實施時，須清晰向市民說明有關建築廢料之收費方式。

至於有關收費標準方面，根據循序漸進原則現時建議之收費不高，現時本澳土地資源及環境十分之寶貴，但是透過經濟手段的方法真能促進源頭減廢嗎？可能很快就需提高收費來達到所定下的減廢目標，如何有效做到諮詢文本中提及減廢25%的目標，相信還須進一步解決當中的一些問題。

建議日後須細化有關罰則及法律的責任，讓市民清晰明白如產生建築廢料須處置時將會如何收費。

跨境合作處理澳門的建築廢料現時進行至什麼階段？

根據諮詢文本可知從2006年至今已在建築廢料堆填區堆置了2,000多萬立方米的建築廢料，現時只能以堆高的方式處理，同時亦知道本局將透過區域合作處理建築廢料，但當中涉及運輸以及需興建設施以分選後運往內地進行處理，將需要很多的成本，因此，很認同及樂見現時建築廢料管理制度以污染者自付的原則進行收費，但是是否多付款就可以解決建築廢料的問題，建議環境保護局人員不定期進行地盤巡查及監察，以及如果一些大型工地產生的建築廢料超出限值時需要其提交報告。

此外，有關建築廢料管理制度如何配合宣傳教育，相信此管理制度並不是希望收取很多的費用以補回之前的成本，應該是希望社會可以改變過往消耗資源的習慣，建議此管理制度可以先從市民入手，例如：可以透過大廈的管理公司向須進行裝修工程的住戶提供有關資訊；以及建議環境保護局以簡單易明的方式向市民進行推廣。

## **Declaração:**

1. O conteúdo acima referido representa apenas opiniões do porta-voz ou do indivíduo de uma entidade, não significando a posição da DSPA.
2. As opiniões expressadas in situ foram registadas por transcrições oportunas.

